

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 57.1, nesse primeiro quadrimestre de 2025.

Seguindo nossa estrutura habitual, nesta edição, publicamos dois dossiês, dando continuidade a uma iniciativa do Corpo Editorial que visa ampliar e diversificar os temas e instituições, envolvidos no processo de publicação e de edição da Revista.

O primeiro dossiê tem como título *Conflitos e relações de poder em contextos de trabalho de campo antropológico*. O mesmo foi proposto e organizado pelas professoras Carolina Parreiras, da Universidade de São Paulo, e Michele Escoura, da Universidade Federal do Pará. O dossiê tem como objetivo refletir sobre dilemas práticos e analíticos na realização de pesquisas em antropologia, especificamente a partir de situações e experiências nas quais estar em campo é “estar em risco”. Com esse foco, o dossiê busca contribuir com debates metodológicos e éticos ao problematizar os desafios enfrentados durante pesquisas de campo atravessadas por imprevisibilidades, relações de poder e violações; os relatos sobre como desigualdades e situações de violência impactam na produção do conhecimento e na carreira acadêmica; e sobre os efeitos destas situações na escrita dos resultados das pesquisas.

O segundo dossiê intitula-se *Maternidades ameaçadas: desigualdades, violências e direitos* e foi proposto e organizado pelas professoras Natália Helou Fazzioni, da Universidade Estadual de Campinas, Carla Villalta, da Universidad de Buenos Aires, Argentina, e Janaína Dantas Germano Gomes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O dossiê busca analisar as formas de regulação e exclusão que afetam a experiência materna, com foco no Brasil e na Argentina, buscando aprofundar a compreensão das relações entre maternidade, violência e desigualdade. A partir de iniciativas que articulam investigação acadêmica e colaboração com atores sociais para ampliar o debate sobre justiça reprodutiva e parentalidades contemporâneas, as análises destacam como discursos jurídicos, políticas públicas e práticas institucionais produzem desigualdades reprodutivas, impactando o direito de maternar.

Além desses debates temáticos, o presente número da Antropolítica traz oito artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista e dois artigos na seção Trajetórias e Perspectivas. Por fim, incluímos também uma resenha de uma obra da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho *Matica: migrantes venezuelanos e redes migratórias em Boa Vista, Roraima*, de Germano Lopes Ângelo e Olendina de Carvalho Cavalcante, ambos da Universidade Federal do Amazonas. O artigo busca compreender

a construção das redes de sociabilidade no processo migratório venezuelano em Boa Vista, Roraima. Para tanto, os autores descrevem a organização e a dinâmica de três espaços de sociabilidade chamados de *maticas*, localizados no perímetro urbano da capital do estado de Roraima.

O artigo seguinte, *Uma análise dos discursos conservadores sobre “ideologia de gênero” a partir dos estudos queer e do feminismo negro decolonial*, é de coautoria de Pablo Ornelas Rosa e Breno Buxton dos Reis Vieira, ambos da Universidade Vila Velha, Vila Velha/ES, e de Jésio Zamboni, da Universidade Federal do Espírito Santo. A partir do reconhecimento de um embate entre posturas e perspectivas antagônicas sobre gênero e sexualidade, o artigo propõe uma análise genealógica sobre o uso da noção “ideologia de gênero”, tomando os estudos queer e o feminismo negro decolonial como ponto de partida, em contraposição aos discursos conservadores.

Em seguida, o artigo *Relações de contato na Terra Indígena Mãe Maria (PA): O mito Hãkti mē Kuhỳ (Gavião real e Fogo)*, de Jerônimo da Silva e Silva, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e de Rodrigo da Costa Caetano, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/RJ, analisa como lideranças indígenas pensam o mito Hãkti mē Kuhỳ enquanto discurso cuja interpretação é mobilizada à luz das vicissitudes do contexto das tratativas das relações com a mineradora Vale S/A. A partir do acompanhamento das relações entre os Gavião e a empresa, entre 2018 e 2022, o artigo situa as articulações internas das alianças intergrupais, as estratégias discursivas e certas compreensões nos usos de sua própria língua e da língua portuguesa e na defesa dos interesses territoriais.

Retomando as discussões sobre gênero e sexualidade, o artigo *Decisões eleitorais e a “aceitação” da diversidade sexual e de gênero na família: conflitos e conciliações entre “pessoas trans” e seus familiares nas eleições de 2018 para a presidência do Brasil*, de Arthur Leonardo Costa Novo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem como objetivo compreender como as disputas na arena política envolvendo moralidades sexuais, concepções de gênero e sexualidade e valores familiares foram experienciadas no cotidiano dos sujeitos com suas famílias. A partir de pesquisa de campo realizada entre 2018 e 2019, em João Pessoa (PB), em um ambulatório do “Processo Transexualizador” do Sistema Único de Saúde (SUS), em centros de políticas públicas para homossexuais, travestis e transexuais e em atividades de ativismo de uma organização de famílias de “filhos LGBT+”, bem como de entrevistas com pessoas trans e com familiares de sujeitos transexuais, o artigo evidencia a permeabilidade da política na vida íntima, contribuindo para entender os variados efeitos dos discursos públicos sobre gênero e sexualidade na aceitação da diversidade sexual e de gênero por parte das famílias.

A seguir, o artigo *O ethos dos territórios periféricos do mundo colonial: um pensar a partir dos corpos, do poder e da subjetivação*, de Artur Mamed Cândido e Marianna

Holanda, ambos da Universidade de Brasília, propõe um ensaio filosófico sobre os processos de subjetivação configurados nos territórios periféricos do mundo colonial, através de uma leitura transdisciplinar e compreensiva sobre o legado moral das relações coloniais-escravistas, no que se refere à constituição do ethos ainda vigente nesses territórios. Tomando como base as contribuições de pensadores associados a campos como os da Teoria do Reconhecimento, da Análise do Discurso, da Analítica do Biopoder e dos Estudos Coloniais e Decoloniais, os autores lançam mão da noção de corpos periféricos para descrever um modo de subjetivação que pode recair sobre incontáveis corporalidades e vivências marcadas pela experiência da violência colonial.

Em seguida, o artigo *“Pele alvo”: o suspeito natural. Considerações sobre a prisão injusta do músico Luiz Justino*, de Beatriz Fernandes Coelho Gomes e Felipe Berocan Veiga, ambos da Universidade Federal Fluminense, analisa o que os autores identificam como um “patente paradoxo”: a mesma sociedade que apoia e investe em programas e projetos de inclusão social e que pretende, com muitas dessas ações, discutir e reparar historicamente o lugar atribuído à população negra em nossa sociedade é aquela que ceifa qualquer possibilidade de ascensão e de representatividade dessa mesma população quando posta à prova. Para discutir esse paradoxo, os autores apresentam e analisam o caso de Luiz Justino, jovem negro e músico integrante da Orquestra de Cordas da Grota – projeto social de ensino de música erudita localizado na Grota do Surucucu, Niterói, que, em 2020, foi preso injustamente a partir de uma abordagem policial.

A seção segue com o artigo *Laudos antropológicos em contextos quilombolas: breve ensaio bibliográfico sobre a produção brasileira* de Rosânia Oliveira do Nascimento, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a produção antropológica referente à produção de laudos antropológicos em contextos quilombolas no Brasil, a partir de buscas em publicações da Associação Brasileira de Antropologia, especialmente as referências recorrentes em documentos e na produção científica de integrantes do Comitê Quilombos, e em outras plataformas como a Scielo, Academia Edu, OasisBr. e Google Acadêmico. A partir da análise desse corpo de referências, a autora mostra que, apesar do avanço de políticas públicas na esfera governamental, a titulação dos territórios quilombolas ainda não tem sido efetivada pelo Estado brasileiro.

Por fim, o último artigo da seção, *Entre a rua e aldeias: mobilidade, memória e retomada Pankaxuri (AL)*, de Claudia Mura, da Universidade Federal de Alagoas, e Wemerson Ferreira da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda a mobilidade e a elaboração da memória de uma família indígena Pankaxuri no processo de retomada da Cachoeira do Tamanduá, uma área localizada no agreste alagoano, Nordeste do Brasil. Desde uma abordagem etnográfica, os autores analisam as atuais disputas entre diferentes atores sociais e instituições, além da heterogeneidade de trajetórias das famílias indígenas que habitam a região e que, em

diferentes situações históricas, foram e são diversamente impactadas pela ação de Estado.

Após os artigos livres, segue a seção Trajetórias e Perspectivas. A seção tem como objetivo publicar artigos e ensaios que produzam reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos/as brasileiros/as e estrangeiros/as, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países. Neste número, publicamos dois artigos. O primeiro, apresentado por Daniel Mendonça Lage da Cruz, do Instituto René Rachou/MG, intitula-se *Justiça versus Administração de Conflitos: equidade e comunicação na trajetória de Luís Roberto Cardoso de Oliveira*. O autor propõe uma leitura crítica do livro *Administração de Conflitos e Justiça: As Pequenas Causas em um Juizado nos EUA*, do antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira, publicado em 2023, mas cuja origem se reporta à tese de doutorado, escrita em inglês, e defendida no Departamento de Antropologia de Harvard em 1989. A partir de dois termos chave do título original – fairness e communication –, o artigo enfatiza os pontos de vista etnográfico, normativo e conceitual que orientam o trabalho e traz uma discussão sobre as abordagens teóricas e as contribuições para a Antropologia do Direito. O segundo artigo desta seção, *A Dádiva em todo lugar: notas a propósito do centenário da obra-prima de Marcel Mauss*, de Leonardo Leal Esteves, da Universidade Federal de Sergipe, recupera a obra clássica de Marcel Mauss, quase um século depois de sua publicação original. O artigo chama a atenção para alguns debates mais significativos em torno da obra, bem como os desdobramentos desse clássico da Antropologia, de modo a refletir acerca da atualidade da obra-prima de Marcel Mauss.

Por fim, o número 57.1 da Antropolítica traz a resenha do livro *O cheiro de sangue de ovelha*, do antropólogo Paulo Granjo, publicado pela Editora Tinta-da-China, em Lisboa em 2024. A resenha, de autoria de Patrício Carneiro Araújo, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, intitula-se *Uma antropologia transversal entre Moçambique e Portugal: para além dos sentidos*. A mesma apresenta os seis capítulos da obra, mostrando como a partir da renúncia às formas mais convencionais de apresentar resultados de pesquisas antropológicas, através da forma de relato e conto, o autor consegue descrever com detalhes o mundo pelo qual transitou e transita, evidenciando práticas e sentidos socialmente compartilhados pelos curandeiros e sua clientela, em Maputo, Moçambique.

Em razão da densidade do presente número, o mesmo apresenta duas capas. A primeira ilustra o dossiê *Conflitos e relações de poder em contextos de trabalho de campo antropológico* e é de autoria de Matheus Vieira. A imagem, produzida durante o deslocamento fluvial entre Belém e Macapá em 2023, captura o momento em que uma mulher conduz, sozinha em um dos braços do Rio Amazonas, uma canoa no meio do “banzeiro” provocado pelo navio de viajantes de onde parte o olhar do registro. A força das ondulações da água dá o tom da travessia, por vezes com mais outras com menos riscos. Assim como em uma pesquisa de campo, não é

possível precisar com antecedência o tamanho das ondas que estarão à nossa frente. Nem como antecipar com precisão, portanto, as habilidades, as decisões ou as estratégias de como se navegará em meio a elas. Sozinhas com o imprevisível, apenas se navega. E, assim como na imagem, nos textos deste primeiro dossiê o que há é a coragem de se expor. A segunda imagem ilustra o dossiê *Maternidades ameaçadas: desigualdades, violência e direitos* e é de autoria de Bruna Teixeira. A imagem foi concebida no contexto da formação da Rede Anthera de Pesquisa (www.redeanthera.com). A rede foi oficialmente constituída em 2022, a partir da aprovação de dois editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A imagem se inspirou em artigos etnográficos sobre adoção tardia.

Para finalizar, lembramos a nossos/as leitores/as que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram ([antropoliticauff](https://www.instagram.com/antropoliticauff)) e no Twitter ([@RAntropolitica](https://twitter.com/RAntropolitica)).

Boa leitura!